

CRIANÇA, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA IMPRENSA DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA - MG (1900-1920).

Carlos Henrique de Carvalho* - UFU

Introdução

Trata-se de um estudo que buscou caracterizar as particularidades dos embates entre católicos e republicanos no interior do país, mais especificamente nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período compreendido entre 1900 a 1920, tendo nos jornais da época a principal fonte documental da pesquisa. Buscou-se, ainda, compreender as articulações do regional com o nacional, como forma de ter um quadro histórico mais abrangente, não apenas em relação ao conflito, mas também perceber as concepções e dimensões de educação que eram propostas pelos dois grupos em disputa, em particular a dimensão que ambos tinham sobre a infância.

Criança, educação e religião

Sabemos que, a partir da Constituição de 1891, a educação (sobretudo a popular) veio sendo considerada pelos líderes republicanos como fator fundamental para que o novo regime político fosse consagradoⁱ. Ou seja, segundo eles, os problemas nacionais somente seriam solucionados, fornecendo-se educação à população. Estas idéias eram baseadas no positivismo de Durkheimⁱⁱ, onde, para que o indivíduo conseguisse se integrar numa sociedade, ele necessariamente teria que ser educado para isso. Apesar do entusiasmo republicano inicial, o ensino acabou não sendo alvo de muita atençãoⁱⁱⁱ, devido ao fato de que esta nova fase não chegou a alterar suficientemente as estruturas de poder. Este acabou reforçado, nas mãos da oligarquia regional, e nisso, quem não pertencia à camada dominante, mesmo tendo militado pela República, passou a ser alvo de repressão, devido a suas idéias progressistas e de contestação ao poder vigente. A essa altura o entusiasmo pela educação foi perdendo forças^{iv}.

O Brasil não organizou o seu próprio sistema nacional de ensino, a partir do final do século XIX, quando o acesso à escola (devido o contexto das sociedades modernas que então exigiam o ingresso da população numa cultura letrada) passava a ser considerado dever do Estado e direito de todo cidadão. A universalização do ensino e conseqüente erradicação do analfabetismo não estava entre as prioridades da União. O Estado Nacional desobrigou-se desse dever, sendo que durante todo o Império e Primeira República, a educação básica esteve sob a responsabilidade das Províncias e, posteriormente, dos Estados Federados^v.

Cada estado, ao por em prática as reformas do ensino, seguiam uma orientação que não condizia com a original. Daí não se conseguir visualizar um só sistema nacional de educação^{vi}. Haviam vários. No entanto, não se pode considerar esta descentralização de poderes, a responsável nem pela falta de um plano nacional de ensino, nem pelos problemas inerentes ao sistema escolar. Na verdade houveram diversos outros fatores que contribuíram para tal situação na 1ª República. Por outro lado, afirmar que uma centralização do poder resolveria tais problemas, também não teria fundamento^{vii}.

Uma outra questão em voga, devido o advento da República, era a separação entre Estado e Igreja. A laicidade do ensino público foi estabelecida em detrimento do ensino confessional, mantendo-se assim até a Constituição de 1934. Ou seja, a partir da proclamação da República, o ensino tende a perder a influência religiosa. Segundo Capelato, a liberdade de pensamento reivindicada nas escolas, significava a não introdução do ensino religioso. Se a idéia era configurar uma nova mentalidade, moderna, por isso mesmo laica e fundamentada na razão, a influência da religião deveria ser combatida, pois ligava-se ao tradicional, ao que se estava querendo suprimir^{viii}. Justificava-se a superação do “velho” (concepções e dogmas propugnados e perpetuados pela Igreja Católica), com as perspectivas otimistas que o “novo” prometia (uma nova realidade social, cuja âncora seria uma educação de bases científicas e filosóficas). Segundo Webere, *embora o estabelecimento da laicidade da escola pública representasse, até certo ponto, um golpe*

para a Igreja, na realidade a orientação católica de todo o ensino manteve-se nas suas concepções e objetivos^{ix}. Prova disso são os artigos encontrados em Patos de Minas:

(...) Si a civilização fez o desenvolvimento da ciência, das bellas artes e da literatura, é porque não pode haver civilização sem o conhecimento do justo, do agradável e do necessário. E como pode o homem pensar sobre o que lhe importa de mais necessário a conhecer? Como discernir os direitos e os deveres do indivíduo, da família, da sociedade religiosa e da sociedade civil? Como observar as regras do honesto, do justo, do bem e cumprir os seus deveres para com Deus, para com os seus semelhantes e para consigo? Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua pátria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrução não pode haver civilização, não pode haver progresso.(...)^x.

(...) A religião, a pátria e a família reclamam a instrução da nossa mocidade que, uma vez instruída é como uma nau embandeirada prestes a fazer vella em mar bonançoso, onde encontraremos as bases do direito social, o princípio de auctoridade, a constituição da família e o amor da pátria tendo por guia a religião.(...)^{xi}.

Como se observa, as idéias de progresso, civilização, pátria, liberdade, próprias do ideário republicano, na Cidade de Patos, caminhavam junto às concepções tradicionais da Igreja católica, configurando um perfil do ser criança no contexto de transformações pelas quais a cidade de Patos de Minas experimentava naquele momento, reforçando a idéia de que a Igreja Católica não poderia abdicar de sua responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento das crianças. Portanto, a sua presença torna-se fundamental para a educação da infância. Posteriormente, quando se propunha numa nova reforma para o ensino, a restauração da educação católica nas escolas, lia-se artigos do seguinte teor na Cidade de Patos:

A expulsão do catechismo das escholas em um paiz quasi que na sua totalidade catholico, qual o Brasil, representa a mais perigosa ameaça contra a harmonia da familia brasileira. O Brasil, catholico desde os primeiros actos do seu descobrimento, jamais se devêra sujeitar a essa tam nefasta medida posta em pratica pelo nosso governo republicano, medida prejudicialissima, que já deu, como era esperado, os tristissimos fructos que já infelicitaram a nossa Patria, cuja regeneração parece uma utopia, em vista da intensidade dos males provindos da educação sem Deus, expulso das escholas primarias como *elemento de desordem!* (...) E sendo a eschola o principio da felicidade de um povo, quando é ella moldada nos sãos principios de uma bôa educação intellectual, moral e religiosa, è ella mesma a infelicitadora do mesmo povo, quando não completa, rigorosamente, aquella excellente trilogia. Agora, depois de dados os fructos da educação sem Deus, parece que, à uma representação de catholicos mineiros, o governo restaurará a disciplina do catechismo nas escholas primarias públicas, tornando-a obrigatoria nos collegios particulares. Embora algum tanto tarde, pois que o mal já se apoderou do corpo, regosijmo-nos sinceramente com o gesto sympathico e consolador de tal medida, mormente si der os fructos que, confiados somente em Deus, seja-nos permitido esperar, para felicidade da terra da Sancta Cruz. Deus que nos ouça neste angustioso momento, fazendo das escholas o logar predilecto para o ensinamento de sua divina religião, unica que nos pode redimir de tantos males que nos tem perseguido!...^{xii}

Que mal seria esse que já havia se apoderado do corpo, fruto de uma “educação sem Deus”? Segundo um Mestre-Escola na época, tratava-se da criminalidade:

Suprimidos do ensino e educação da mocidade os inflexos do christianismo, o unico que possue o poder maravilhoso de refrear e domar as paixões humanas, e exposta essa mocidade às escholas do vício, isto é, ao mao exemplo ou escandalo que, em

todas as partes ora se patenteia, o que ha de ser o futuro destes nossos pequenos, agora, que tudo facil e indelevelmente lhes grava no animo?! Ha de ser o que a experiencia já vem nos mostrando com os factos que, cada dia, se desenrolam entre nós, onde ninguem ignora o desenvolvimento espantoso da criminalidade. (...) Ahi temos a colheita dos fructos que houvemos plantado! Ahi temos a consequencia logica de nossa desidia para com os nossos filhos; da escola *neutra*, oficialmente implantada em nossa terra e tolerada pela profunda indiferença e mortal inercia de nós, catholicos brasileiros, que sò nos contentamos com o ficar na immensa, na louvável maioria! Meus bons collegas, considerae que uma bôa parte cabe-nos na regeneração de nossa Patria; porque optimo campo de acção se nos depara. E diante d'esses grandes infortúnios, muito lamentavel seria tambem a nossa desidia, si nós, que tomamos o encargo tão importante, quão espinhoso de ministrar os primeiros conhecimentos humanos à pequenada, deixássemos de ensinar-lhes, igualmente, o caminho da verdadeira felicidade, fundado na pratica da sublime e incomparável doutrina do Divino Martyr do Gogota. Mãos á obra, pois, camaradas! E catecismo no caso!^{xiii}

Quanto aos pensamentos que circulavam na antiga Uberabinha, sobre o ensino religioso nas escolas públicas, percebemos algo diferente, com relação às idéias publicadas na então Cidade de Patos:

Eis pois como o professor tem as suas funções. A sua representação official prolonga-se ate onde elle for, penso desta maneira. Dada, pois a faculdade de ensinar a religião, em qualquer parte onde elle o fizer, fará oficialmente. E' a sua posição de mestre que, sem violência, levara o alumno as lições de doutrina. Basta que o menino saiba que indo a Igreja, agrada ao mestre, para que, sendo um bom menino, um discípulo extremoso, não falte as aulas do cathecismo. Pergunto, isto se dando, não estará o professor exorbitando de suas funções, abusando do seu prestigio official e moral, por impor suas idéias a sociedade em que convive? (...) Outro argumento: Que se dirá de um professor que ande pelas ruas e praças de sua

localidade, as des horas, tardes momentos de noites mortas, violão aos braços, dedilhando versos a pallida visão dos seus amores? – Que este professor não e, na significação do termo proprio; se o fosse guardaria a compostura das suas funções. E o mesmo dir-se-a de um rapaz que seja, por exemplo, um colletor? Não. Mais feliz do que nos, elle pode cantar ao violão e deleitar-se nas serenatas, porque não tem prolongada consigo, a representação official, que temos nos com os outros. Portanto, si o professor tem, acompanhando-o a representação de seu cargo, em qualquer ocasião; se elle ensinar religião o faz oficialmente, porque, quando não o seja, pode-se presumir, que, devido a sua força moral sobre os meninos, elle consegue traze-los ao ensino da doutrina. Isto estaria, peço permissão para dize-lo, a prevaricação moral do professor, o abuso de confiança no cargo que exerce.^{xiv}

Claro está, que pelo menos este redator e os simpatizantes de suas idéias, não eram favoráveis a que se misturasse religião com educação. É interessante ainda neste discurso, perceber a questão da representação do professor, enquanto exemplo de moral e bons costumes. No entanto, percebe-se na fala de Guimarães, uma privação de algo que ele e outros jovens apreciavam: a música. O professor, então, para ser exemplar de uma boa conduta, deveria abnegar de certos prazeres. Semelhante ao sacerdócio de que vai se falar mais adiante.

Com relação ao (des)interesse pelo ensino das crianças, devemos esclarecer que, na Primeira República, grande parte da população ainda vivia no campo. E mesmo com o êxodo incipiente para os centros urbanos, era notável o desinteresse geral pelo ensino. Ainda não se compreendia que “benefícios” a escolarização poderia oferecer. Na zona rural, claro, não havia no que aplicar de imediato o que se aprendia, e esta idéia parece ter sido transposta para as cidades, vinda com os migrantes camponeses. Na Cidade de Patos, o clamor quanto à importância da educação, direcionava-se, por fim, à mocidade, mas especificamente às crianças que se constituiriam nos futuros cidadãos capazes de promover o progresso da sociedade:

(...) Hoje me consagro a vós visando o vosso porvir repleto de luzes. Não permitaes que eu lucte sosinho; deveis reclamar, também de vossos paes a vossa instrucção; deveis reclamar com insistência a instrucção para vossos espíritos como o melhor thesouro, como a melhor herança, porque esse thesouro e essa herança nem a morte vol-os pode roubar.(...) Pedindo a instrucção, pedireis tudo quanto purifica, exalta e aperfeiçôa a alma humana.^{xv}

(...) Ao todo matricularam-se nesta cidade 187 creanças, cujo numero poderia ser ainda maior se não fosse a condemnavel incuria de alguns paes que preferem ver seus filhos crescerem envoltos nas trevas da ignorancia, atirados ao lodaçal da vagabundagem, a fazel-os frequentarem as escolas, fonte do saber que é a luz preciosa que guia o homem na sociedade.^{xvi}

Já na então Uberabinha (hoje Uberlândia), observa-se o mesmo discurso (em 1909) em reação ao posicionamento dos pais em se tratando da educação das crianças uberabinhenses, ao sublinhar a importância do poder publico local em assumir a responsabilidade da educação delas, como pode ser observar:

Minas procura resurgir pela escola, vae recebendo o impulcionamento que a administração dos últimos governos tem lhe facultado. A instrucção tem se desenvolvido e aperfeiçoado, com um progresso rapido e yanke. Convem pois que o governo tome consideração o problema até agora esquecido – o de tornar obrigatório o ensino. Não será exclusivamente os membros do professorado quem convença o pae de familia á necessidade desse bem. E´ preciso convencel-o a convencer-se se não for possivel, obrigal-o a convencer-se. Muitas vezes a bôa logica deixa de existir para ter lugar o cumprimento de uma obrigação que a lei impõe. Cumpri-la é mais facil do que pedir por favor.^{xvii}

Uma diferença é perceptível entre a forma como cada uma das duas cidades projetavam e propunham soluções para o mesmo problema. Se em Uberabinha (atual Uberlândia), havia toda uma preocupação com relação a adaptar uma vontade (seja da população em geral, seja do redator ou de simpatizantes do então órgão de propaganda em particular), local e/ou regional às idéias e pensamentos inerentes a uma política nacional. Ou seja, queria que se partisse do governo, medidas mais enérgicas com relação a uma obrigatoriedade do ensino. Só assim, vislumbravam – um avanço em termos de escolarização, fator relevante para a concretização do regime republicano. Na cidade de Patos (atual Patos de Minas), o que se percebia através dos seus periódicos era a necessidade da educação enquanto purificação, enquanto herança, a mais valiosa, enquanto luz que viria extirpar as trevas, a vagabundagem, a criminalidade, não permitindo assim, que a humanidade se perdesse tão precocemente pelo caminho sem Deus.

Considerações Finais

As questões aqui apresentadas denotam o universo de elementos articulados à um plano de ação voltado para uma efetiva intervenção sobre o meio social e, principalmente educacional, no qual a criança ganhava centralidade nas ações dos dois grupos em disputa (católicos e republicanos). De um lado, os aspectos fundamentais das estratégias católicas de organização e mobilização das forças conservadoras, que buscam preservar a situação anteriormente existente. A definição de tal intervenção comportará o enfrentamento de questões inerentes ao conjunto de transformações pelo qual o Brasil passava naquele momento. No âmbito de tais questões, há o esforço em articular a estabilidade dos princípios morais católicos, expressos nos diversos artigos publicados pelos jornais.

Em contraposição ao ideal católico encontram-se os princípios republicanos de educação, considerada um fator de promoção social capaz de promover o enquadramento dos indivíduos à sociedade, em especial as crianças. Nos jornais, havia um forte apelo para a criação de escola, porque seria através da instrução que se atingiria o mais alto patamar

de progresso e civilidade, ao contrário daquilo que os ideólogos católicos propugnavam, ou seja, os princípios do catolicismo não deveriam interferir na formação escolar das crianças, futuros cidadãos da República.

Portanto, os artigos publicados pelos jornais expressão um difícil equilíbrio entre a força da tradição, que transforma toda ação educacional em uma secular obra de apostolado, e a viabilidade do moderno, no caso a República, concebida como elemento mobilizador de novas potencialidades no campo educacional.

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Email: chc@ufu.br

ⁱ WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. São Paulo: Ática, 1997, p.39.

ⁱⁱ DURKHEIM, Émile. **A Evolução Pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ⁱⁱⁱ SUANO, Helenir. A Educação nas Constituições Brasileiras. FISCHMAN, Roseli. (Coord.) **Escola Brasileira: temas e estudos**. São Paulo: Atlas, 1987, p.172

^{iv} WEREBE, Maria José Garcia. Op.cit., p.39.

^v Segundo Saviani, uma preocupação com a questão da educação a nível nacional, só veio a acontecer após a Revolução de 1930. Cf. SAVIANI, Dermeval. Educação no Brasil: Concepção e Desafios para o Século XXI. **HISTEDBR on-line**, Campinas, n.3, jul. 2001. Disponível em <<http://www.unicamp.br/~histedbr/indexhisted.html>>. Acesso em 19 fev. 2002.

^{vi} SUANO, Helenir. A Educação nas Constituições Brasileiras. FISCHMAN, Roseli. (Coord.) **Escola Brasileira: temas e estudos**. São Paulo: Atlas, 1987, p.172-173.

^{vii} WEREBE. Op.cit., p.39.

^{viii} CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p.153.

^{ix} WEREBE, Maria José Garcia. Op. cit., p.40.

^x P.M. A Instrução da Mocidade. **O Trabalho**. Cidade de Patos, Minas. p.3, n.4, 20 set. 1905.

^{xi} P.M. A Instrução da Mocidade. **O Trabalho**. Cidade de Patos, Minas. p.1-2, n.6, 09 out. 1905.

^{xii} X. Restauração do Ensino Catholico nas Escolas. **O Riso**. Cidade de Patos, Minas. p.1, n.10, 12 jun. 1915.

^{xiii} ESCOLA, Mestre. Consequência Logica. **O Riso**. Cidade de Patos, Minas. p.2, 12 out. 1916.

^{xiv} GUIMARAES, Honorio. Discurso com que Honorio Guimarães, secretario e membro da Comissão de Bases do Congresso dos professores reunido pela segunda vez em Belo Horizonte refutava os argumentos do congressista José Polycarpo de Figueiredo, sobre o ensino religioso nas escolas. **O Progresso**. Uberabinha, p.1-2, n.172, 28 jan. 1911.

^{xv} P.M. A Instrução da Mocidade. **O Trabalho**. Cidade de Patos, Minas. p.1-2, n.6, 09 out. 1905.

^{xvi} Ensino Primário. **O Trabalho**. Cidade de Patos, Minas. p.1, n.11, 27 jan. 1907.

^{xvii} A Obrigatoriedade do Ensino. **O Progresso**. Uberabinha, Minas. p.1, n.77, 14 mar. 1909.